

Estudo Técnico Preliminar 94/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.050989/2024-73

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da reforma das interligações entre os blocos C, D, I e passarelas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 237,1 m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco foi fundado em 1974 e atualmente é formado pela junção de cinco Departamentos Acadêmicos: Ciências Administrativas, Ciências Contábeis e Atuariais, Economia, Hotelaria e Turismo e Serviço Social.

Atualmente, são necessárias no Centro uma série de intervenções destinadas a melhorar as condições de acessibilidade dos ambientes, agregar valores estéticos aos espaços de uso comum e aperfeiçoar a sua funcionalidade.

Nesse sentido, a presente contratação almeja a realização de ações de requalificação nos seguintes ambientes:

- I. Hall de interligação entre os blocos C e D, tendo em vista a necessidade de cuidados com os aspectos estéticos e funcionais do ambiente.
- II. Rampa de interligação entre os blocos C e I e áreas adjacentes, tendo em vista a necessidade de proporcionar franco acesso aos vários setores da edificação através da construção de novos lances de rampa solucionando assim o desnível existente (48 centímetros).
- III. Construção de cobertura na passarela situada no 1º pavimento do bloco C.
- IV. Construção de cobertura no acesso à biblioteca e recuperação de laje de concreto na fachada leste da biblioteca.

Nesse contexto, os objetivos da contratação são:

- I. Melhorar a infraestrutura predial para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no âmbito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco.
- II. Aplicar os conceitos da acessibilidade e desenho universal, para contribuir na viabilização da acessibilidade física na UFPE, sem distinção de quaisquer usuários;
- III. Garantir a igualdade de condições e um ambiente mais justo, privilegiando medidas que garantam o direito à educação;
- IV. Contribuir para o desenvolvimento humano, com igualdade de oportunidades e experiências.
- V. Atender à Lei 13.409/2016, que estabelece que as pessoas com deficiência sejam incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

Licitações e contratos administrativos

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
2. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
3. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
4. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

1. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

2. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);
3. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

Canteiro de obras

1. NR 1 (Disposições gerais);
2. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho);
3. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);
4. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
5. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
6. NR 8 (Edificações);
7. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais);
8. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
9. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
10. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
11. NR 17 (Ergonomia);
12. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção);
13. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);
14. NR 26 (Sinalização de segurança);
15. NR 28 (Fiscalização e penalidades).

Estruturas de concreto

1. NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
2. NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto – Procedimento).

Outras normas passíveis de aplicação

1. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas
2. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96)

3. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97)
4. ABNT 9050/2020 (Acessibilidade)
5. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	Carlos Henrique Lopes Falcão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação

/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11 A contratada deverá, antes de realizar qualquer serviço, confirmar as cotas constantes nos projetos de arquitetura e complementares de engenharia. Em caso de divergências, o arquiteto projetista deverá ser acionado para deliberar a respeito de eventuais alterações necessárias.

4.12. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

5. Levantamento de Mercado

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da realização da reforma das interligações entre os blocos C, D, I e passarelas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Ademais, a realização da reforma das interligações entre os blocos C, D, I e passarelas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local, conforme entendimento explicitado pelo Tribunal de Contas da União, no acórdão 719 /2018-Plenário:

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro) , estabelecidos no Decreto 7.983 /2013 - no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da realização da reforma das interligações entre os blocos C, D, I e passarelas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como

privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 90 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme projeto executivo de arquitetura elaborado pelo arquiteta Isabel Pinto, para atender a demanda, estima-se que a obra deverá conter, principalmente, as seguintes características:

I. Hall de interligação entre os blocos C e D

Demolição

- I. Demolição de piso em cerâmica;
- II. Demolição de parede de alvenaria em bloco cerâmico;
- III. Remoção de revestimento em pastilha cerâmica;
- IV. Remoção de porta em madeira;
- V. Remoção de dois batentes de portas em madeira;
- V. Remoção de uma esquadria de alumínio;

VI. Remoção de duas grades de proteção em ferro.

Construção

- I. Aplicação de piso de alta resistência moldado *in loco*, cor verde, com acabamento polido;
- II. Vedação de vãos existentes com alvenaria em bloco de gesso com acabamento em massa corrida e pintura acrílica na cor branco gelo;
- III. Pintura de parede com tinta látex acrílico na cor branco gelo;
- IV. Instalação de forro em placa de gesso com pintura em PVA látex cor branco gelo;
- V. Instalação de fechamento em placa de gesso com pintura em PVA látex cor branco gelo;
- VI. Instalação de cobogó de concreto;
- VII. Instalação de seis luminárias de embutir retangular para duas lâmpadas LED 2x18W.

II. Rampa de interligação entre os blocos C e I

Demolição

- I. Demolição de peitoril em bloco cerâmico aparente;
- II. Demolição de alvenaria em bloco cerâmico;
- III. Remoção de uma divisória em madeira;
- IV. Remoção de uma esquadria de alumínio;
- V. Remoção de duas caixas pré-moldadas para ar-condicionado;
- VI. Remoção de três portas em madeira;
- VII. Demolição de trechos do piso existente, parte em piso de alta resistência, parte em piso de alta resistência revestido em placa vinílica;
- VIII. Demolição de trecho da estrutura em concreto armado, de acordo com projeto estrutural.

Construção

- I. Construção de rampa com preenchimento em EPS e laje em concreto FCK 25 MPa, com dois lances de inclinação 7% e patamares inicial e intermediário;
- II. Instalação de corrimãos em tubo de aço inoxidável AISI 304 com acabamento polido;
- III. Instalação de piso tátil de alerta em placa vinílica tipo pastilha;
- IV. Aplicação de piso de alta resistência moldado *in loco*, com acabamento antiderrapante na rampa e polido na área adjacente;
- V. Construção de borda em granito natural cinza andorinha;

- VI. Construção de calha de piso normal DN 200x2.5m;
- VII. Construção de parede de alvenaria em tijolo cerâmico aparente, com acabamento interno em massa única e pintura em látex acrílico;
- VIII. Fechamento em placa de gesso com pintura em PVA Látex cor branco gelo;
- IX. Instalação de forro em placa de gesso com pintura em PVA Látex cor branco gelo;
- X. Pintura de parede em alvenaria existente em látex acrílico cor branco gelo;
- XI. Instalação de seis luminárias de embutir retangular para duas lâmpadas LED 2x18W.

III. Passarela no 1º pavimento do bloco C

Demolição

- I. Demolição de lajes e vigas de concreto armado;
- II. Demolição de telha ondulada;
- III. Remoção e posterior reassentamento de eletroduto.

Construção

- I. Instalação de estrutura em perfil W 250x17,9 A572 com proteção contra corrosão e tinta de acabamento;
- II. Instalação de telha galvalume termoacústica, com isolamento em PIR injetado, espessura 50mm, densidade 35kg/m³, face externa em perfil trapezoidal e face interna em chapa nervurada, com ambas as faces pré-pintadas em branco;
- III. Instalação de rufo lateral para telha galvalume termoacústica.

IV. Acesso à Biblioteca

Demolição

- I. Demolição de vigas, laje e trecho de pilar em concreto armado;
- II. Remoção e posterior reassentamento de eletroduto.

Construção

- I. Aplicação de pintura em látex acrílico na cor concreto;
- II. Instalação de estrutura em perfil W 250x17,9 A572 com proteção contra corrosão e tinta de acabamento;

III. Instalação de telha galvalume termoacústica, com isolamento em PIR injetado, espessura 50mm, densidade 35kg/m³, face externa em perfil trapezoidal e face interna em chapa nervurada, com ambas as faces pré-pintadas em branco.

IV. Recuperação de estrutura de concreto sem reforço, com reconstituição em argamassa polimérica;

V. Recuperação de estrutura de concreto com reforço, com reconstituição em graute.

7.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 237,1 m², incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

I. Hall de interligação entre os blocos C e D, com área de intervenção prevista de aproximadamente 37,65m²;

II. Rampa de interligação entre os blocos C e I, com área de intervenção prevista de aproximadamente 30,53 m²;

III. Passarela no 1º pavimento do bloco C, com área de intervenção prevista de aproximadamente 38,05m²;

IV. Acesso à biblioteca, com área de intervenção prevista de aproximadamente 130,87 m²;

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 203.761,49

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de **R\$ 203.761,49 (duzentos e três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e nove centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2024, no item **1732**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, após a conclusão da obra:

1. Haja uma melhoria das condições de acessibilidade física do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), por meio da interligação com solução de acessibilidade entre os blocos C e I;
2. Ocorra uma melhoria na estética e funcionalidade do hall de interligação entre os blocos C e D, favorecendo o bem-estar de estudantes e servidores do Centro que por lá transitam.
3. Haja uma melhoria na infraestrutura predial da edificação, em virtude da demolição de trechos da estrutura de concreto armado que estão em elevado estado de deterioração. A esse respeito, na passarela de interligação entre os blocos C e I e no acesso à biblioteca serão construídas cobertas com telhas do tipo galvalume termoacústica, para substituir as lajes de concreto demolidas.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

II. Por outro lado, será necessário a elaboração de estudos, por parte do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Nesse sentido, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas nos ambientes a serem reformados para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A realização da reforma das interligações entre os blocos C, D, I e passarelas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

- (b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva n. 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de licitações e Contratos da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva n. 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de licitações e Contratos da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva n. 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de licitações e Contratos da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 24/09/2024

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 8/2024 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/09/2024 16:14)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
TECNICO EM EDIFICACOES
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 25/09/2024 07:14)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 24/09/2024 15:53)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2024**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **24/09/2024** e o código de verificação: **82bd6e392d**